

ATA NÚMERO 100/XIII (3.ª)

A 28 de novembro de 2017, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I Parte

1. Informações;
2. Aprovação das atas das reuniões de 15 e 21 de novembro de 2017;
3. Fixação da redação final dos seguintes projetos de resolução:
 - [Projeto de resolução n.º 877/XIII/2.ª \(PS\)](#) — Pela criação de um Museu Nacional da Emigração;
 - [Projeto de resolução n.º 1083/XIII/3.ª \(PSD\)](#) — Recomenda ao Governo a criação de um Centro Nacional de Documentação sobre a Emigração Portuguesa;
 - [Projeto de resolução n.º 1096/XIII/3.ª \(CDS-PP\)](#) — Recomenda ao Governo a melhoria dos instrumentos de análise e avaliação da situação dos emigrantes portugueses.
4. Apreciação e votação da nota de admissibilidade da [petição n.º 401/XIII/3.ª](#) — Apresentada por Mário José Afonso Gomes e outros, solicitando que sejam debatidas na Assembleia da República as práticas jornalísticas nos órgãos de comunicação social públicos:

Deputado Relator: Grupo Parlamentar do PSD

5. Apreciação e votação do relatório da Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à importação de bens culturais – [COM \(2017\) 375](#):

Deputada Relatora: Maria Augusta Santos (PS)

6. Distribuição da Proposta alterada de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa a certos aspetos que dizem respeito a contratos de vendas em linha de bens e outras vendas à distância de bens, que altera o Regulamento (CE) n.º 2006/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho e a Diretiva 2009/22/CE do Parlamento Europeu e do Conselho e que revoga a Diretiva 1999/44/CE do Parlamento Europeu e do Conselho – [COM/2017/637](#):

- Deputado Relator: Grupo Parlamentar do PSD;
- Prazo de apresentação do Relatório pela Comissão: 13 de dezembro de 2017;
- Iniciativa europeia que altera a [COM \(2015\) 635](#), [escrutinada pela Assembleia da República](#) com Relatório da CCCJD e Parecer da CAE;
- Iniciativa europeia sinalizada também à 1.ª, 6.ª e 8.ª Comissões.

7. Outros assuntos.

II Parte

Audição dos peticionários da [petição n.º 382/XIII/2](#) - *Solicitam a criação de melhores condições de acessibilidade televisiva para a população surda portuguesa* (11h30):

Deputada Relatora: Palmira Maciel (PS)

Audiência da Federação Nacional das Associações Juvenis para a apresentação da nova direção da FNAJ, partilhar perspetivas sobre o presente e futuro da juventude e do movimento associativo juvenil e para exposição da posição da FNAJ face às propostas de alteração da Lei n.º 23/2006, de 23 de junho - Regime Jurídico do Associativismo Jovem (12h15);

I Parte

1. Informações:

1.1. A Senhora Presidente da Comissão informou que o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ) deseja, em parceria com a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, e a Associação de Direito Desportivo, realizar um colóquio na Assembleia da República subordinado ao tema “*Os direitos das crianças no desporto*”.

Transmitiu que o IPDJ gostaria de envolver a 12.ª Comissão nesta organização. Nesse colóquio, que teria a duração de um dia, o IPDJ propõe que se debata os seguintes pontos: Direitos das crianças em contexto desportivo; garantias jurídicas das crianças no desporto, problemas e desafios; abuso e adição ao jogo eletrónico; especialização precoce e bullying; e desporto como fator de inclusão. Em todo os painéis desejam ter a participação de especialistas e de crianças. Para a realização do evento sugerem o dia 26 de fevereiro de 2018, mas estão abertos a outras datas.

Nesse sentido, o IPDJ solicitou autorização ao Senhor Presidente da Assembleia da República para realizar, nas instalações da Assembleia da República, um colóquio subordinado ao tema “*Os direitos das crianças no desporto*”.

Face ao exposto, o Senhor Presidente da Assembleia da República, nos termos do n.º 5 do artigo 2.º do Regulamento de Organização de Eventos na Assembleia da República, solicita parecer da 12.ª Comissão, tendo em conta o enquadramento da realização deste evento no âmbito do plano de atividades da Comissão.

A Comissão concordou com a realização do colóquio e com a colaboração e a participação da 12.ª Comissão no mesmo, sugerindo o dia 27 de fevereiro de 2018 para a sua realização.

1.2. A Senhora Presidente da Comissão informou que baixou à Comissão, com conexão com a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas (6.ª Comissão), o [projeto de resolução n.º 1118/XIII \(3.ª\)](#) (PSD) - *Recomenda ao Governo que adote as medidas que possam dar resposta ao estado de abandono e de degradação da Villa Romana da Nossa Senhora da Tourega*.

O Grupo Parlamentar do PSD solicitou a sua discussão em Plenário.

1.3. A Senhora Presidente transmitiu que baixou à Comissão, com conexão com a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas (6.^a Comissão), o [projeto de resolução n.º 1123/XIII \(3.^a\)](#) (PEV) - *Recomenda ao Governo que salve e valorize o património industrial corticeiro da Fábrica Robinson em Portalegre*. Disse que o Grupo Parlamentar “Os Verdes” informou os serviços da Comissão que pretende a discussão do projeto de resolução supra mencionado em Plenário. Assim, no dia 23 de novembro de 2017, a iniciativa legislativa foi remetida para discussão em Plenário. Referiu que o projeto de resolução supra mencionado está agendado para apreciação em Plenário no dia 28 de novembro de 2017.

1.4. Mencionou que a Comissão de Assuntos Europeus sinalizou para informação à Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto (12.^a Comissão) e à Comissão de Educação e Ciência (8.^a Comissão) a COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Reforçar a identidade europeia através da educação e da cultura Contributo da Comissão Europeia para a cimeira de Gotemburgo de 17 de novembro de 2017 - [COM \(2017\) 673](#). A Comissão deliberou efetuar o escrutínio desta iniciativa europeia, tendo sido indicada como relatora a Senhora Deputada Constança Urbano de Sousa (PS).

1.5. No que respeita à apreciação do projeto de relatório de progresso sobre as leis parcialmente regulamentadas e não regulamentadas relativas ao seguinte período: IX Legislatura – 5 de abril de 2002 a 9 de março de 2005 ; X Legislatura – 10 de março de 2005 a 14 de outubro de 2009 ; XI Legislatura – 15 de outubro de 2009 a 19 de junho de 2011 ; XII Legislatura – 20 de junho de 2011 a 22 de outubro de 2015 ; XIII Legislatura – 23 de outubro de 2015 a 14 de setembro de 2017, a Comissão concordou com o teor do mesmo.

1.6. A Senhora Presidente transmitiu que baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (1.^a Comissão), com conexão com a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto (12.^a Comissão) a [proposta de lei n.º 102/XIII/3.^a](#) - *Autoriza o Governo a descriminalizar e a prever como ilícito contraordenacional a execução pública não autorizada de fonogramas e videogramas editados comercialmente*. A Comissão deliberou não emitir parecer sobre a iniciativa legislativa, uma vez que a apreciação da mesma estava já agendada para o dia 28 de novembro em Plenário.

8. Aprovação das atas das reuniões de 15 e 21 de novembro de 2017

As atas das reuniões de 15 e 21 de novembro foram aprovadas por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, do PS, do BE, do CDS-PP e do PCP.

9. Fixação da redação final dos seguintes projetos de resolução:

- [Projeto de resolução n.º 877/XIII/2.^a \(PS\)](#) — Pela criação de um Museu Nacional da Emigração;
- [Projeto de resolução n.º 1083/XIII/3.^a \(PSD\)](#) — Recomenda ao Governo a criação de um Centro Nacional de Documentação sobre a Emigração Portuguesa;
- [Projeto de resolução n.º 1096/XIII/3.^a \(CDS-PP\)](#) — Recomenda ao Governo a melhoria dos instrumentos de análise e avaliação da situação dos emigrantes portugueses.

A fixação da redação final destas iniciativas foi adiada para a próxima reunião da Comissão para que o Grupo Parlamentar do PS possa remeter a todos os Grupos Parlamentares uma redação alternativa à apresentada pela DAPLEN.

10. Apreciação e votação da nota de admissibilidade da [petição n.º 401/XIII/3.^a](#) – Apresentada por Mário José Afonso Gomes e outros, solicitando que sejam debatidas na Assembleia da República as práticas jornalísticas nos órgãos de comunicação social públicos

A nota de admissibilidade da [petição n.º 401/XIII/3.^a](#) – Apresentada por Mário José Afonso Gomes e outros, solicitando que sejam debatidas na Assembleia da República as práticas jornalísticas nos órgãos de comunicação social públicos – foi aprovada por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, do PS, do BE, do CDS-PP e do PCP, tendo sido designada como Relatora a Senhora Deputada Susana Lamas (PSD).

11. Apreciação e votação do relatório da Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à importação de bens culturais – [COM \(2017\) 375](#)

A Senhora Deputada Maria Augusta Santos (PS) apresentou o relatório da Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à importação de bens culturais – [COM \(2017\) 375](#), que submetido à votação – foi aprovado por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, do PS, do BE, do CDS-PP e do PCP.

12. Distribuição da Proposta alterada de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa a certos aspetos que dizem respeito a contratos de vendas em linha de bens e outras vendas à distância de bens, que altera o Regulamento (CE) n.º 2006/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho e a Diretiva 2009/22/CE do Parlamento Europeu e do Conselho e que revoga a Diretiva 1999/44/CE do Parlamento Europeu e do Conselho - [COM/2017/637](#)

A Comissão deliberou efetuar o escrutínio desta iniciativa, tendo sido indicada como relatora a Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD).

13. Outros assuntos.

Não se registaram outros assuntos.

II Parte

Audição dos peticionários da [petição n.º 382/XIII/2](#) - *Solicitam a criação de melhores condições de acessibilidade televisiva para a população surda portuguesa, apresentada por Rui Pinheiro (Federação Portuguesa das Associações de Surdos) e outros*

A Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, Deputada Edite Estrela, começou por cumprimentar e dar as boas vindas ao Secretário da Direção da Federação Portuguesa das Associações de Surdos - Pelouro da Acessibilidade, Rui Pinheiro, aos funcionários da Federação Portuguesa das Associações de Surdos, Paulo Garcia e Tânia Laima, ao representante da Comissão Nacional de Juventude Surda, Pedro Mourão, e à representante da equipa da petição Paula Santos. A Senhora Presidente da

Comissão informou que a relatora da petição era a Senhora Deputada Palmira Maciel (PS), explicitou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar.

O representante dos peticionários, Rui Pinheiro, fez uma intervenção inicial, tendo referido, designadamente, que:

- A Federação Portuguesa das Associações de Surdos (FPAS) organizou um *workshop* em 2015 com pessoas surdas, intérpretes de língua gestual portuguesa e várias pessoas interessadas. Elaboraram um documento no qual enunciavam, de forma metódica e sucinta, todas as necessidades de acessibilidade dos surdos na comunicação social: a janela dos intérpretes de língua gestual portuguesa, o seu tamanho, a regularidade, as legendas e as condições de trabalho que os intérpretes de língua gestual têm que ter para conseguir fazer bem o seu trabalho. Salientou também que há dois tipos de pessoas surdas na comunidade, as pessoas que nasceram surdas e que cresceram com a língua gestual portuguesa como primeira língua e as pessoas que ficaram surdas mais tarde que sabem ler e escrever bem português e percebem melhor as coisas no português escrito do que em língua gestual portuguesa;
- No que concerne à questão dos custos, o representante dos peticionários fez uma recolha de orçamentos de várias empresas de legendagem, dobragem e chegou à conclusão que após dobragem já com tradução incluir as legendas era só mais 5% ao orçamento. Com efeito, esses 5% quando não são cumpridos estamos a excluir 150 mil pessoas com diferentes níveis de perda auditiva;
- A presente petição tenta equiparar Portugal às acessibilidades que já existem nos outros países europeus, como por exemplo, em Inglaterra, Espanha e França que, apesar de terem menos horas de intérprete com língua gestual do que Portugal, têm janelas maiores e conteúdos mais acessíveis;
- Frisou a necessidade de os debates políticos serem acessíveis à comunidade surda.

De seguida, intervieram os Senhores Deputados Helga Correia (PSD), Palmira Maciel (PS), Jorge Falcato Simões (BE), Teresa Caeiro (CDS-PP) e Diana Ferreira (PCP), que colocaram algumas questões, mormente sobre se o Plano Plurianual da Entidade Reguladora para a Comunicação Social para o período 2017-2020 em matéria de acessibilidades deveria ser alterado e em que medida; como apreciam o grau de cumprimento do Plano Plurianual da Entidade Reguladora para a Comunicação Social para o período 2017-2020 em matéria de acessibilidades; em que medida é que o Parlamento pode fazer um debate alargado sobre esta temática; e se a legendagem existente na TDT está a funcionar adequadamente para as pessoas surdas.

Em resposta, o representante do peticionário referiu:

- As horas que estavam no Plano da ERC eram ultrapassadas por todas as televisões, especialmente pela SIC; um dos elementos que a ERC referiu na resposta dada a esta petição foi que a SIC na quadra natalícia tinha tudo legendado. No entanto, a SIC colocou tudo legendado porque a FPAS pediu;
- Um dos pontos que os peticionários pediram à ERC foi o de que quando existirem períodos em que as pessoas vão estar juntas, como por exemplo, no Natal e na

Páscoa, que haja um reforço da acessibilidade porque as pessoas vão estar em casa em família e muitas delas vão ligar a televisão.

A gravação áudio da audição encontra-se disponível na [página da internet da Comissão](#).

Audiência da Federação Nacional das Associações Juvenis para a apresentação da nova direção da FNAJ, partilhar perspetivas sobre o presente e futuro da juventude e do movimento associativo juvenil e para exposição da posição da FNAJ face às propostas de alteração da Lei n.º 23/2006, de 23 de junho - Regime Jurídico do Associativismo Jovem

A Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, começou por cumprimentar e dar as boas vindas ao Presidente da Direção da Federação Nacional das Associações Juvenis, Tiago Rego e ao membro da Direção da Federação Nacional das Associações Juvenis, Rui Maia. A Senhora Presidente da Comissão explicitou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos para a audiência.

O representante da Federação Nacional das Associações Juvenis (FNAJ), Tiago Rego fez uma intervenção inicial, tendo referido, nomeadamente, que:

- A FNAJ é uma estrutura representativa de mais de mil associações juvenis espalhadas de norte a sul de Portugal que tem por missão principal dar voz a estas associações junto do poder público e também do poder privado. Em 2017, a FNAJ celebra vinte e dois anos;
- A FNAJ é um movimento que tem por base o próprio voluntariado, têm envolvidos mais de 500 mil jovens direta ou indiretamente nas associações, estamos a falar de cerca de 26% da juventude em Portugal que está envolvida nestas estruturas;
- A [Lei n.º 23/2006, de 23 de junho](#) (Regime Jurídico do Associativismo Jovem) define o que é que é uma associação juvenil e as vantagens de o ser, ou seja, os retornos em sê-lo, a FNAJ solicitou a presente audiência, mormente para expressar algumas visões que têm perante o que poderia ser futuramente uma alteração à lei que gere o setor;
- A FNAJ entende que a alteração do regime jurídico que rege o setor incidiria inevitavelmente sobre as questões fiscais, ou seja, têm conhecimento que à Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto já chegaram três propostas no que respeita à isenção dos emolumentos da constituição de uma associação juvenil e isso constitui um grande avanço;
- Estas instituições face ao trabalho que vão desempenhando em áreas onde a participação dos jovens é fundamental, aqui urge também pensar noutras medidas, nomeadamente o que acontece com as questões do próprio IVA em que relativamente às associações há devolução do IVA. Essa isenção já está prevista, por exemplo, na compra dos instrumentos para os grupos musicais e as associações juvenis também deveriam ter essa isenção;
- No que tange à revisão da lei, a FNAJ considera também adequado a isenção das taxas e licenças relativamente a eventos realizados pelas próprias associações juvenis.

- Acresce que, têm existido situações em que jovens que são dirigentes associativos, por exemplo, quando se tentam candidatar a um estágio profissional, a Segurança Social encara-os como trabalhadores, uma vez que são dirigentes associativos. Na verdade, o jovem tem que fazer prova em contrário que é um dirigente associativo e, por isso, não auferir rendimentos. Destarte, é premente a própria lei fazer um esclarecimento para que isto não seja um entrave à participação cívica dos jovens, uma vez que estamos sempre perante trabalho voluntário.

De seguida, intervieram os Senhores Deputados Cristóvão Simão Ribeiro (PSD), Ivan Gonçalves (PS), Luís Monteiro (BE), Teresa Caeiro (CDS-PP) e Rita Rato (PCP), que colocaram algumas questões, mormente sobre se consideram que o Orçamento do Estado não teria sido o momento oportuno para que grande parte das medidas que poderiam apoiar o movimento juvenil tivesse sido aprovada; se já tiveram oportunidade de reunir com o Secretário de Estado e se tiveram possibilidade de discutir a questão da idade para as direções e para as associações; a possibilidade de fazer uma captação de jovens no interior em zonas mais envelhecidas para também aí ter uma juventude presente e ativa; e o processo de isenção de custos para efeitos legalização.

O representante da FNAJ respondeu às questões colocadas, tendo no final a Senhora Presidente dado por encerrada a audiência.

A gravação áudio da audiência encontra-se disponível na [página da internet da Comissão](#).

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada às 13.55 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 28 de novembro de 2017

O Presidente da Comissão, em exercício



(Jorge Campos)

Nota: A ata foi aprovada por unanimidade na reunião de 12 de dezembro de 2017.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carla Sousa
Cristóvão Simão Ribeiro
Diana Ferreira
Diogo Leão
Edite Estrela
Helga Correia
Hugo Carvalho
Ivan Gonçalves
João Torres
Joel Sá
Jorge Campos
Luís Monteiro
Norberto Patinho
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Sara Madruga da Costa
Susana Lamas
Teresa Caeiro
Constança Urbano de Sousa
Jorge Falcato Simões
Margarida Balseiro Lopes
Maria Augusta Santos
Palmira Maciel
Rita Rato

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Firmino Pereira
Joana Barata Lopes
João Pinho de Almeida
Pedro do Ó Ramos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

João Azevedo Castro